



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extracto) n.º 3938/2008

Por meu despacho de 20 de Dezembro de 2007:

Ana Margarida Álvaro Teixeira Isidoro, nomeada, precedendo concurso e após conclusão do respectivo estágio com aprovação, técnica superior parlamentar de 2.ª classe da área de relações públicas (1.º escalão, índice 400), com efeitos a 1 de Janeiro de 2008.

3 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 3939/2008

Por despacho de 9 de Janeiro de 2008, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Popular do CDS-PP:

Licenciada Patrícia Isabel Fortes Mera — exonerada, a seu pedido, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela lei n.º 28/2003, de 30 de Julho, da categoria de assessora do quadro de pessoal de apoio do Grupo Parlamentar do Partido Popular do CDS-PP, com efeitos a partir do dia 31 de Janeiro de 2008.

23 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 3940/2008

Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2008:

Maria da Conceição Martins Inês Garvão, Ana Maria Martins Paulo Guapo e Anabela Fernandes Simão — nomeadas, precedendo concurso, Técnicas Superiores Parlamentares Principais (área de tradução) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 525), com efeitos a 17 de Janeiro de 2008.

24 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Despacho (extracto) n.º 3941/2008

Por despacho do Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados de 03 de Janeiro de 2008, em cumprimento do n.º 1 do artigo 19.º da lei n.º 43/2004, nomeio definitivamente, precedendo concurso interno de acesso, a Licenciada Isabel Cristina Cerqueira da Cruz, Técnica Superior Assessora Principal do quadro da Comissão Nacional de Protecção de Dados, com efeitos a 01 de Janeiro de 2008. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

18 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *Luís Lingnau da Silveira*.



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Despacho n.º 3942/2008

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março, o conselho directivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA, I.P.) é composto por um presidente e dois vogais nomeados de entre os membros do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos, S. A. (CGD), caducando automaticamente o seu mandato com a cessação das funções de administrador da CGD.

Face às recentes alterações no conselho de administração da CGD, torna-se necessário proceder à nomeação dos novos membros do conselho directivo da CGA, I.P.

Assim, ao abrigo do artigo 19.º da lei 3/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 84/2007, de 29 de Março:

1 — São nomeados os membros do conselho directivo da Caixa Geral de Aposentações, I.P. como a seguir se indica:

Presidente: Dr. Francisco Manuel Marques Bandeira
Vogais: Dr. Norberto Emílio Sequeira da Rosa
Dr. José Fernando Maia de Araújo e Silva

2 — As presentes nomeações são fundamentadas na reconhecida aptidão e experiência profissional dos nomeados, evidenciadas nas notas curriculares anexas ao presente despacho.

3 — O presente despacho produz efeitos a 10 de Janeiro de 2008.

23 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Despacho n.º 3943/2008

O cargo de inspector-geral da Defesa Nacional ficou vago em finais de Dezembro de 2006, pelo que passou a ser exercido pelo subinspector-geral como substituto legal, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 72/2001, de 26 de Fevereiro.

Tendo, porém, cessado a comissão de serviço do subinspector-geral em 13 de Julho de 2007 e mantendo-se a vacatura do cargo do inspector-geral da Defesa Nacional, torna-se necessária, por forma a assegurar o exercício pleno das suas funções, a nomeação de inspector-geral em regime de substituição, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Assim, nos termos conjugados do disposto nos artigos 16.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 72/2001, de 26 de Fevereiro, com as disposições dos artigos 2.º, n.º 3, 19.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente), é nomeado, em regime de substituição, inspector-geral da Defesa Nacional, pelo período de 13 de Julho a 29 de Outubro 2007, o licenciado Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues que, conforme resulta da nota curricular anexa, reúne para tal os necessários requisitos de idoneidade, aptidão e experiência profissional.

Ficam ratificados todos os actos praticados pelo nomeado no período em causa.

28 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Nota curricular

Nome: Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues
Nascido em Paços de Brandão, Santa Maria da Feira, a 7 de Março de 1969.

Licenciado em Ciências Jurídico-políticas, é, desde 1998, inspector da Inspeção-Geral da Administração do Território.

Foi subdirector-geral da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional, docente do Instituto Superior Politécnico do Exército e subinspector-geral da Defesa Nacional.

Dirigiu, entre finais de 2006 e 2007, a Inspeção-Geral da Defesa Nacional, na qualidade de substituto legal do inspector-geral.

Foi coordenador da publicação, Voluntariado no Exército, 10 Anos de Experiência e coordenou a realização de diversos seminários, colóquios e cursos de formação profissional sobre a reinserção dos voluntários e contratados das Forças Armadas na sociedade civil.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 3944/2008

1 — Em aditamento ao despacho de nomeação n.º 17838/2006 publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 4 de Setembro autorizo a assessora do meu Gabinete, mestre em Direito Isabel de Lima Mayer Alves Moreira, a exercer as actividades previstas na alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 3 de Agosto de 2007.

3 de Agosto de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 3945/2008

1 — Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 3 e 7 do artigo 23.º, alínea b) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, o quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 117/2007, de 27 de Abril e alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 504/2007, de 30 de Abril, determino que o Conselheiro de Embaixada do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático, Fernando António Alberty Tavares de Carvalho seja nomeado Director de Serviços do Gabinete de Informação e Imprensa da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae*, em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 8 de Outubro de 2007.

26 de Outubro de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Curriculum

Carvalho (Fernando António Alberty Tavares de) — Nasceu em 28 de Maio de 1951, em Lisboa; licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 20 de Julho de 1978; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 22 de Outubro de 1980; na Embaixada em Bruxelas, em 2 de Maio de 1983; terceiro-secretário de embaixada, em 7 de Maio do mesmo ano; na Secretaria de Estado, em 6 de Julho de 1983; na Embaixada em S. Tomé, em 7 de Fevereiro de 1984; segundo-secretário de embaixada, em 10 de Setembro do mesmo ano; na Embaixada em Oslo, em 13 de Outubro de 1987; na Embaixada em Tunis, em 16 de Março de 1989; em licença de longa duração, em 1 de Fevereiro de 1990; na Secretaria de Estado, em 3 de Março de 1993;

Chefe da Divisão de Informação e Imprensa, em 16 de Junho do mesmo ano, chefiando interinamente a Direcção de Serviços de Informação e Imprensa; Chefe de Divisão da Direcção de Serviços da América do Sul e Central da Direcção-Geral das Relações Bilaterais, em 1 de Março de 1994; conselheiro de embaixada, em 4 de Outubro do mesmo ano; em comissão de serviço na Embaixada em Havana, desde 1 de Julho a 27 de Dezembro de 1995; Director dos Serviços da Cooperação Multilateral do Instituto da Cooperação Portuguesa, em 16 de Maio de 1996; na Embaixada em Caracas, em Novembro de 1996; na Embaixada em Moscovo, em 31 de Julho de 1999; na Secretaria de Estado em 30 de Setembro de 2001; Director de Serviços no Gabinete de Assuntos Económicos da Direcção-Geral de Política Externa, em 8 de Fevereiro de 2002; Chefe da Missão Temporária em Sarajevo, em Julho de 2003; na Secretaria de Estado, em Janeiro de 2007.

Despacho n.º 3946/2008

1 — No âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, que decorre no segundo semestre de 2007, nomeio a Conselheira de Embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estran-

geiros — pessoal diplomático, Maria Clara Guerra de Borja Araújo de Freitas Ramos, porta-voz da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

2 — As funções de porta voz da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia são desenvolvidas no âmbito da Estrutura de Missão da Presidência Portuguesa.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Maio de 2007.

30 de Dezembro de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 3947/2008

Considerando o disposto nos artigos 5.º, e 44.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, alínea j) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006 de 27 de Outubro, determino que a Primeira Secretária de Embaixada do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático Cristina Maria Cerqueira Pucarinho que por despacho conjunto publicado no *Diário da República* 2.ª Série de 26 de Setembro de 2003, foi colocada na Embaixada de Portugal em Maputo, seja exonerada das referidas funções e transferida para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

11 de Janeiro de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 3948/2008

1 — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero, a seu pedido, a 3.ª Secretária de Embaixada Carolina Maria Barata Cordeiro, do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do exercício de funções de assessora que vinha exercendo no meu Gabinete.

2 — A presente exoneração produz efeitos a partir de 6 de Janeiro de 2008.

11 de Janeiro de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 3949/2008

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de Fevereiro, determino que a Primeira Secretária do Quadro I do Pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal do serviço diplomático, Cristina Isabel Domingos Matos, seja colocada na situação de disponibilidade em virtude da licença para acompanhamento do cônjuge diplomata.

2 — O presente despacho produz efeitos a 3 de Dezembro de 2007.

11 de Janeiro de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 3950/2008

No cumprimento das linhas orientadoras da reforma consular definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2007, de 7 de Maio, e nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 22/98, de 12 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 162/2006, de 8 de Agosto, determino o seguinte:

1 — Em Espanha, são extintos o Consulado Geral de Portugal em Madrid e o Consulado de Portugal em Bilbao e é criada a Secção Consular da Embaixada de Portugal em Madrid.

2 — As áreas de jurisdição do Consulado Geral de Portugal em Madrid e do Consulado de Portugal em Bilbao passam para a área de jurisdição da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Madrid.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2008.

21 de Janeiro de 2008. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 3951/2008

No cumprimento das linhas orientadoras da reforma consular definidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2007, de 7 de Maio, e nos termos e ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento Consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 22/98, de 12 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 162/2006, de 8 de Agosto, determino o seguinte:

1 — É extinto o Consulado Geral de Portugal em Milão, Itália.

2 — A Secção Consular da Embaixada de Portugal em Roma passa a ter a seguinte área de jurisdição consular: território de Itália.